

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

a) Informações gerais

A Mangels Industrial S.A. (Companhia ou Grupo) é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código MGEL3 e MGEL4. A sede social da Companhia está localizada à Rua José Versolato, 101, Bloco A, conjuntos, 91 e 92, 9º andar, Centro, município de São Bernardo do Campo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

b) Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão das informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Anual e com a norma internacional IAS 34, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), estando de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3 Consolidação

2.3.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas abaixo:

		Participação no capital social - %		
		31/12/2018		
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

Não houve alteração em relação ao exercício de 2017.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.3.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

- a) Os novos pronunciamentos, interpretações e alterações listadas a seguir entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Normas

IFRS 9	Instrumentos financeiros
IFRS 15	Receita de contratos com clientes
Esclarecimento às IFRS 15	Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de pagamento baseado em ações
Alteração na IFRS 4	Adoção da IFRS 9 Instrumentos financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros
Alteração no IAS 40	Transferência de Propriedade de Investimentos
IFRIC 22	Transações em moeda Estrangeira e Contraprestações Antecipadas
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016

A adoção das normas, alterações e interpretações citadas acima, em sua maioria não são aplicáveis ou não tiveram impacto significativo na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 01 de janeiro de 2018. As normas a seguir estão implementadas na posição financeira apresentada:

Instrumentos Financeiros “IFRS 9” – CPC 48

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9.

A Companhia não apurou nenhum impacto no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicou a abordagem simplificada apurando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes, sempre menor que 12 meses. A Companhia apurou ajustes necessários na sua provisão para perdas.

Receita de Contratos com Clientes “IFRS 15” – CPC 47

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A Companhia optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia atua na venda de rodas e cilindros. Esses bens são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes, e não existe nenhum serviço atribuído nessa venda.

Venda de bens

A venda desses bens são a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não apresentou impacto na receita e no resultado da Companhia. O reconhecimento de receita ocorrerá no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Obrigações de garantia

A Companhia fornece garantias para reparos de avarias e devoluções em seus contratos com clientes ao qual são avaliadas e provisionadas com base em perdas históricas, entretanto, o histórico de perdas não são relevantes ao longo dos últimos anos, não havendo a constituição de provisões nos últimos dois exercícios.

Adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como parte de fornecedores e outras contas a pagar.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos retroativos por volume aos seus clientes sempre que a quantidade de bens adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a sua política contábil em vigor, a Companhia estima os abatimentos por volume esperados usando o método de abatimentos de valor da média ponderada por probabilidade e os inclui em outras contas a pagar.

A Adoção do IFRS 15 não apurou impacto na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 01 de janeiro de 2018.

- a) Novas normas e interpretações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018:

Na data de elaboração desta ITR, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em, ou após
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	
IFRS 16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de impostos de renda	1º de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Alteração no IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e joint ventures	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguro	1º de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	1º de janeiro de 2019

A Companhia não espera impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, exceto pelo IFRS 16, descrito abaixo.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos modelos do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12

meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06(R2), que vigora para períodos anuais iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição para o CPC 06 (R2).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) prospectivamente. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1). A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são consideradas de baixo valor.

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia melhorará, e sua despesa com juros aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1). A companhia identificou contratos de arrendamentos operacional (locação de imóveis, equipamentos de informática, e, também, de utilização de espaço da nuvem). Com o efeito da aplicação da norma (reconhecimento do direito de uso do bem e passivos de arrendamento) refletirá em um impacto no balanço de abertura para o exercício de 2019 de R\$ 7.933 no Ativo e Passivo de arrendamento. A taxa incremental média ponderada usada para a mensuração dos passivos de arrendamentos foi de 6,0% ao ano.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

	Demonstrações Financeiras Divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção da IFRS 16/CPC 06(R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019
Ativo			
Circulante	154.752	-	154.752
Não Circulante			
Intangível	944	7.933	8.877
Outros Ativos não circulantes	193.008	-	193.008
	193.952	7.933	201.885
Total do Ativo	348.704	7.933	356.637
Passivo			
Circulante			
Arrendamento a pagar	-	835	835
Outros passivos circulantes	73.580	-	73.580
	73.580	835	74.415
Não circulante			
Arrendamento a pagar	-	7.098	7.098
Outros passivos não circulantes	639.254	-	639.254
	639.254	7.098	646.352
Patrimônio Líquido	(364.130)	-	(364.130)
Total Passivo	348.704	7.933	356.637

2.4 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.5 Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição de estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização de informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, impairment nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, provisão para contingências, gastos com a venda do imóvel de São Bernardo do Campo, entre outras.

a) Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro de 2018 era de R\$12.011 (R\$18.678 em 31 de dezembro de 2017).

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 31 de dezembro de 2018 era de R\$582 (R\$160 em 31 de dezembro de 2017), vide nota 25.

b) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2017.

c) Prejuízos Fiscais

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 528.462 (R\$515.684 em 31 de dezembro de 2017). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos

diferidos ativos acumulado no montante de R\$188.080 (R\$186.419 referente ao exercício de 2017) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

4. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	31/12/2018			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	32.994	8.468	4.423	45.885
Ativo não circulante	7.831	-	430	8.261
	40.825	8.468	4.853	54.146
Passivo circulante	1.200	5.877	1.323	8.400
Passivo não circulante	9.384	-	99	9.483
	10.584	5.877	1.422	17.883
Patrimônio líquido	30.241	2.591	3.431	36.263
Resultado líquido do exercício	4.185	101	1.176	5.462

	31/12/2017			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	27.906	7.142	3.544	38.592
Ativo não circulante	8.308	-	222	8.530
	36.214	7.142	3.766	47.122
Passivo circulante	477	5.016	1.417	6.910
Passivo não circulante	9.681	-	94	9.775
	10.158	5.016	1.511	16.685
Patrimônio líquido	26.056	2.126	2.255	30.437
Resultado líquido do período exercício	1.837	61	771	2.669

Saldo patrimonial e transações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	31/12/2018			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	30.241	4.185
Mangels International Corporation	20	100	2.591	101
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	3.431	1.176

	31/12/2017			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	26.056	1.837
Mangels International Corporation	20	100	2.126	61
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	2.255	771

Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	E.Koga Ltda.	Mangels International Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.056	2.255	2.126	30.437
Equivalência patrimonial	4.185	1.176	101	5.462
Variação cambial sobre investimentos	-	-	364	364
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.241	3.431	2.591	36.263

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Cilindros:** Situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados em formato de eixo “V” para automóveis.
- **Rodas:** Também situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Centro de Serviços de Aços:** Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está apresentado a seguir:

	31/12/2018					
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação descontinuada	Total
Ativos por segmento	17.430	97.774	165.139	16.341	52.020	348.704

	31/12/2017					
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação descontinuada	Total
Ativos por segmento	36.214	96.970	122.454	22.787	58.272	336.697

(*) refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

Unidade Rodas

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta	355.294	282.227
Receita Líquida	289.880	228.552
<i>Mercado Interno</i>	242.413	196.260
<i>Mercado Externo</i>	47.467	32.292
CPV	(247.607)	(210.502)
Lucro Bruto	42.273	18.050
<i>Margem Bruta</i>	14,6%	7,9%
Despesas Operacionais		
<i>Comerciais</i>	(1.696)	(2.187)
<i>Administrativas</i>	(18.140)	(18.306)
<i>Outras (despesas) receitas</i>	1.670	3.152
	(18.166)	(17.341)
Resultado Operacional	24.107	709

Unidade Cilindros

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita Bruta	198.685	242.658
Receita Líquida	151.582	181.665
<i>Mercado Interno</i>	151.177	180.010
<i>Mercado Externo</i>	405	1.655
CPV	(133.197)	(147.430)
Lucro Bruto	<u>18.385</u>	<u>34.235</u>
<i>Margem Bruta</i>	12,1%	18,8%
Despesas Operacionais		
<i>Comerciais</i>	(2.718)	(4.598)
<i>Administrativas</i>	(11.586)	(11.938)
<i>Outras (despesas) receitas</i>	245	(281)
	<u>(14.059)</u>	<u>(16.817)</u>
Resultado Operacional	<u>4.326</u>	<u>17.418</u>

Unidade Aços - Manaus

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta	36.732	38.930
Receita líquida	35.276	35.766
<i>Mercado interno</i>	35.276	35.766
CPV	(28.224)	(30.945)
Lucro Bruto	<u>7.052</u>	<u>4.821</u>
<i>Margem bruta</i>	20,0%	13,5%
Despesas operacionais		
<i>Comerciais</i>	(528)	(913)
<i>Administrativas</i>	(795)	(1.055)
<i>Outras (despesas) receitas líquidas</i>	877	1.389
	<u>(446)</u>	<u>(579)</u>
Resultado operacional	<u>6.606</u>	<u>4.242</u>

Informações geográficas

Receitas de clientes

	Consolidado			
	31/12/2018			
	Cilindros	Rodas	Aços - Manaus	Total
Receita Líquida	151.582	289.880	35.276	476.738
Mercado Interno	151.177	242.413	35.276	428.866
Mercado Externo	405	47.467	-	47.872
América do Sul e Central	405	47.467	-	47.872

	Consolidado			
	31/12/2017			
	Cilindros	Rodas	Aços - Manaus	Total
Receita Líquida	181.665	228.552	35.766	445.983
Mercado Interno	180.010	196.260	35.766	412.036
Mercado Externo	1.655	32.292	-	33.947
América do Sul e Central	1.655	32.292	-	33.947

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em

sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Consolidado	
			Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	35.713	40.481	35.713	40.481
Títulos e valores mobiliários	2.561	2.430	2.561	2.430
Contas a receber de clientes	45.409	35.405	45.409	35.405
Tributos a recuperar	5.773	7.422	5.773	7.422
	<u>89.456</u>	<u>85.738</u>	<u>89.456</u>	<u>85.738</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	39.696	30.023	39.696	30.023
Empréstimos e financiamentos	631.660	568.439	631.660	568.439
Tributos a recolher	5.564	5.837	5.564	5.837
	<u>676.920</u>	<u>604.299</u>	<u>676.920</u>	<u>604.299</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações contábeis.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor

justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

		Consolidado		
	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	35.713	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.561	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	631.660	X	-	-

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Regime de Competência							
	Controladora				Consolidado			
	Milhares de US\$		Milhares de R\$		Milhares de US\$		Milhares de R\$	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Direitos								
Caixa e equivalentes de caixa	5.048	5.508	19.560	18.219	5.164	5.625	20.011	18.609
Clientes	870	777	3.373	2.570	870	777	3.373	2.570
	5.918	6.285	22.933	20.789	6.034	6.402	23.384	21.179
Obrigações								
Empréstimos e financiamentos	81.633	79.610	316.312	263.349	81.633	79.610	316.312	263.349
Fornecedores	56	25	218	83	56	25	218	83
	81.689	79.635	316.530	263.432	81.689	79.635	316.530	263.432
Exposição líquida	87.607	85.920	339.463	284.221	87.723	86.037	339.914	284.611

a) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação

efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas em 31 de dezembro de 2018 para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 2,8830% a.a., Dólar R\$ 3,8748 e CDI 6,4 % a.a.

	Consolidado			
				Variação
Passivos	Riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	Aumento da Libor	(316.312)	(318.528)	(320.744)
Dívida em US\$	Aumento do US\$	(316.312)	(395.390)	(474.468)
Dívida em moeda nacional	Aumento do CDI	(315.348)	(320.090)	(324.832)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	15.702	15.466	15.230
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	6.729	6.628	6.527
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	20.011	15.008	10.006
Clientes	Queda do US\$	3.373	2.530	1.687

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração média - %						
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	95,33%	CDI	8.973	-	8.973	3.641
Operações compromissadas	100,00%	CDI	-	9.882	-	9.882
Disponibilidade em conta-corrente			6.484	6.298	6.729	8.349
			<u>15.457</u>	<u>16.180</u>	<u>15.702</u>	<u>21.872</u>
Em moeda estrangeira						
Disponibilidade em conta corrente			19.560	18.219	20.011	18.609
			<u>19.560</u>	<u>18.219</u>	<u>20.011</u>	<u>18.609</u>
			<u>35.017</u>	<u>34.399</u>	<u>35.713</u>	<u>40.481</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração média - %						
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100%	CDI	2.561	2.430	2.561	2.430
			<u>2.561</u>	<u>2.430</u>	<u>2.561</u>	<u>2.430</u>

O caixa livre da Companhia encerrou o exercício de 2018 com o saldo de R\$ 35.713 milhões, valor abaixo dos R\$ 48.503 milhões estabelecidos conforme aditivo do plano para acionar o mecanismo de cash sweep, não tendo desta forma destinação de caixa excedente.

		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		35.713	40.481
Títulos e valores mobiliários		2.561	2.430
Saldo de caixa total		<u>38.274</u>	<u>42.911</u>
(-) Valor bloqueado por garantia de operações		2.561	2.430
(=) Saldo de caixa livre		<u>35.713</u>	<u>40.481</u>

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No Brasil	41.690	32.341	42.298	33.073
No Exterior	3.373	2.570	3.373	2.570
	45.063	34.911	45.670	35.643
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(261)	(238)	(261)	(238)
	44.802	34.673	45.409	35.405

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	43.519	32.473	44.045	33.088
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	852	2.146	933	2.244
de 31 a 60 dias	112	93	112	93
de 61 a 90 dias	315	2	315	2
de 91 a 120 dias	4	-	4	-
de 121 a 180 dias	5	5	5	26
de 181 a 360 dias	174	41	174	41
mais de 360	82	150	82	150
	1.544	2.438	1.625	2.557
	45.063	34.911	45.670	35.645

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(238)</u>	<u>(238)</u>
Complemento de provisão	(312)	(316)
Valores estornados e não utilizados	289	293
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>(261)</u></u>	<u><u>(261)</u></u>

10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	12.402	12.255	15.518	14.287
Produtos em processo	15.032	11.672	15.032	11.673
Matérias-primas	18.634	12.646	21.520	14.902
Materiais auxiliares	9.291	9.428	9.406	9.514
Adiantamento a fornecedores	-	5	2.937	3.331
Perda estimada nos Estoques	(5.863)	(6.501)	(5.909)	(7.424)
	<u>49.496</u>	<u>39.505</u>	<u>58.504</u>	<u>46.283</u>

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.501)	(7.424)
Complemento de provisão	(2.764)	(2.763)
Valores utilizados	3.402	4.278
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>(5.863)</u></u>	<u><u>(5.909)</u></u>

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
COFINS ⁽ⁱⁱ⁾	1.946	1.120	1.871	1.130
CSLL	670	342	670	342
ICMS ⁽ⁱ⁾	2.703	2.034	2.703	2.034
PIS e COFINS sobre o imobilizado	51	72	48	80
IPI	-	2.664	-	2.664
IRPJ	1.163	738	1.220	1.091
IRRF	-	-	9	-
PIS (ii)	192	79	174	81
Total	<u>6.725</u>	<u>7.049</u>	<u>6.695</u>	<u>7.422</u>
Circulante	5.803	7.049	6.366	7.422
Não circulante	922	-	922	-

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1 de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 e 10.833/2003.

12. IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo total	4.481	39.710	274.655	1.008	9.909	118	6.469	336.350
Depreciação acumulada	-	(20.200)	(182.168)	(881)	(9.075)	-	-	(212.324)
Saldo em 31/12/2017	4.481	19.510	92.487	127	834	118	6.469	124.026
Aquisição	-	-	10.275	1	10	-	17.456	27.742
Baixas - custo	-	-	(791)	(253)	(73)	-	(1.612)	(2.729)
Baixas - depreciação	-	-	751	245	68	-	-	1.064
Transferência	-	767	7.720	257	8	-	(8.752)	-
Depreciação	-	(794)	(16.896)	(63)	(162)	-	-	(17.915)
Saldo em 31/12/2018	4.481	19.483	93.546	314	685	118	13.561	132.188
Custo total	4.481	40.477	291.859	1.013	9.854	118	13.561	361.363
Depreciação acumulada	-	(20.994)	(198.313)	(699)	(9.169)	-	-	(229.175)
Valor residual	4.481	19.483	93.546	314	685	118	13.561	132.188
Taxa anual média de depreciação %		2,0	6,3	20,0	11,0			

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo total	4.516	47.304	285.488	1.038	10.093	118	6.480	355.037
Depreciação acumulada	-	(22.411)	(190.743)	(908)	(9.198)	-	-	(223.260)
Saldo em 31/12/2017	4.516	24.893	94.745	130	895	118	6.480	131.777
Aquisição	-	1	10.281	1	10	-	17.981	28.274
Baixas - custo	-	-	(792)	(257)	(74)	-	(1.612)	(2.735)
Baixas - depreciação	-	-	907	247	68	-	-	1.222
Transferência	-	966	7.845	257	16	-	(9.084)	-
Depreciação	-	(1.039)	(17.592)	(63)	(179)	-	-	(18.873)
Saldo em 31/12/2018	4.516	24.821	95.394	315	736	118	13.765	139.665
Custo total	4.516	48.271	302.822	1.039	10.045	118	13.765	380.576
Depreciação acumulada	-	(23.450)	(207.428)	(724)	(9.309)	-	-	(240.911)
Valor residual	4.516	24.821	95.394	315	736	118	13.765	139.665
Taxa anual média de depreciação %		2,00	6,30	20,00	11,00			

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$15.618 (R\$16.261 em 31 de dezembro de 2017), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$19.333 (R\$18.955 em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na nota 14.

13. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado	
	Software	Total
Custo Total	26.632	26.632
Amortização	(24.302)	(24.302)
Saldo em 31/12/2017	<u>2.330</u>	<u>2.330</u>
Aquisição	180	180
Amortização	(1.566)	(1.566)
Saldo em 31/12/2018	<u>944</u>	<u>944</u>
Custo Total	26.812	26.812
Amortização	(25.868)	(25.868)
Valor residual	<u>944</u>	<u>944</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional					
Credores com garantia real	10				
Banco da Amazônia S/A		-	-	3.908	3.790
Credores quirografários	CDI + 0,5				
Banco Bradesco S/A		101.823	98.211	101.822	98.211
Banco Itaú BBA S/A		87.014	83.950	87.014	83.950
Caixa Econômica Federal		9.077	8.753	9.077	8.753
Banco Safra S/A		11.227	10.828	11.227	10.828
Banco do Brasil S/A		95.056	91.701	95.056	91.701
Credores fiduciários					
Banco da Amazônia S/A	10	-	-	6.043	5.847
Banco do Brasil S/A	4,5	1.201	2.010	1.201	2.010
		305.398	295.453	315.348	305.090
Moeda estrangeira					
Credores com garantia real	5				
DEG		47.223	39.368	47.223	39.368
FMO		91.444	76.233	91.444	76.233
Credores quirografários	Libor + 2,55				
Banco Bradesco S/A (credito em US\$)		156.821	130.429	156.821	130.429
Banco Votorantim S/A - crédito em US\$		20.823	17.319	20.823	17.319
		316.311	263.349	316.312	263.349
Total dos empréstimos e financiamentos		621.709	558.802	631.660	568.439
Circulante		9.157	1.358	10.294	1.381
Não Circulante		612.552	557.444	621.366	567.058

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão atrelados a moeda norte americana.

Os empréstimos do DEG / FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”.

O empréstimo junto ao Banco da Amazônia S/A, tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2018 era de R\$7,1 milhões.

A dívida junto ao Banco do Brasil refere-se a operações de FINAME que tem como garantia o equipamento financiado.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2018		1.358		1.381
2019	9.157	6.789	10.294	7.750
2020	11.707	11.215	12.713	12.176
2021	13.394	12.553	14.399	13.514
2022	28.271	27.035	29.277	27.997
2023	38.697	35.730	39.703	36.691
2024	125.497	107.887	126.504	108.848
2025	21.320	21.239	22.326	22.200
2026	373.666	334.996	374.673	335.958
2027 em diante		-	1.769	1.924
	<u>621.709</u>	<u>558.802</u>	<u>631.660</u>	<u>568.439</u>

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional				
Fornecedores	27.331	12.227	27.453	12.365
Credores com garantia real	600	1.005	600	1.006
Credores quirografários				
Estratégicos	5.701	9.551	5.774	9.672
Outros	5.583	6.814	5.651	6.897
	<u>39.215</u>	<u>29.597</u>	<u>39.478</u>	<u>29.940</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores	218	83	218	83
	<u>218</u>	<u>83</u>	<u>218</u>	<u>83</u>
	<u>39.433</u>	<u>29.680</u>	<u>39.696</u>	<u>30.023</u>
Circulante	30.477	18.100	30.634	18.306
Não Circulante	8.956	11.580	9.062	11.717

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	30.477	5.310	30.634	5.372
2020	5.924	3.258	5.993	3.296
2021	1.213	1.205	1.227	1.219
2022	1.213	1.205	1.227	1.219
2023	606	602	615	610
	<u>39.433</u>	<u>29.680</u>	<u>39.696</u>	<u>30.023</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DISCUSSÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas e previdenciárias	3.493	2.455	(10.412)	(16.078)
Tributárias	2.444	2.443	(375)	(375)
Outras	87	63	(923)	(923)
	<u>6.024</u>	<u>4.961</u>	<u>(11.710)</u>	<u>(17.376)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.078)	(375)	(923)	(17.376)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	(791)	-	-	(791)
Baixas	6.457	-	-	6.457
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(10.412)</u>	<u>(375)</u>	<u>(923)</u>	<u>(11.710)</u>

(i) A reclassificação se fez mediante análise do saldo contabilizado anteriormente em “Depósitos judiciais”.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas e previdenciárias	3.501	2.458	(10.578)	(16.238)
Tributárias	3.048	3.048	(375)	(375)
Outras	373	330	(923)	(923)
	<u>6.922</u>	<u>5.836</u>	<u>(11.876)</u>	<u>(17.536)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.238)	(375)	(923)	(17.536)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	(797)	-	-	(797)
Baixas	6.457	-	-	6.457
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(10.578)</u>	<u>(375)</u>	<u>(923)</u>	<u>(11.876)</u>

(i) A reclassificação se fez mediante análise do saldo contabilizado anteriormente em “Depósitos judiciais”.

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representado por ação cível.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- i) PIS E COFINS - Compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,90 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.

- ii) CPMF – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 5,83 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.
 - iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 7,05 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.
 - iv) Compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 389 mil, atualizado até 31 de dezembro de 2018.
- b) *Previdenciárias*
- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 6,07 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.
 - ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 7,12 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.
- c) *Cíveis*
- A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 4,22 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2018.

17. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas

Com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	31/12/2018	31/12/2017
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	23.395	16.167
Mangels International Corporation	2.026	1.639
E.Koga & Cia. Ltda. - EPP	3.993	1.592
Controladora	29.414	19.398

Os saldos acima apresentados são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
	Passivo não Circulante	Passivo não Circulante
<u>Empréstimos e financiamentos</u>		
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	9.064	8.753

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração – Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$4.848 (R\$4.473 em 31 de dezembro de 2017).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado era de R\$171.272.996,71, representados por 5.741.112 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.673.869 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

31/12/2018					
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade %
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727 35,98
Robert Max Mangels	24	-	881.949	24,01	881.973 15,36
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	13,05	479.422 8,35
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,89	400.000 6,97
Antonio Farina	-	-	250.000	6,80	250.000 4,35
André Ricardo Beim	-	-	289.500	7,88	289.500 5,04
Outros	1.547	0,08	1.372.943	37,38	1.374.490 23,93
Total	2.067.243	100,00	3.673.869	100,00	5.741.112 100,00

31/12/2017					
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade %
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727 35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973 15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	12,90	479.422 8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000 6,92
Antonio Farina	-	-	300.200	8,08	300.200 5,19
André Ricardo Beim	-	-	281.400	7,57	281.400 4,87
Outros	1.547	0,08	1.372.943	36,96	1.374.490 23,76
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212 100,00

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2018 havia em circulação no mercado, 1.547 ações ordinárias e 2.530.610 ações preferenciais representando 43,81% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 68,10% das ações preferenciais.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(16.700)	(29.678)	(46.378)
Resultado atribuível aos acionistas	(16.700)	(29.678)	(46.378)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(8,0782)	(8,0782)	(8,0782)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.673.869	5.741.112

	31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(8.693)	(15.626)	(24.319)
Resultado atribuível aos acionistas	(8.693)	(15.626)	(24.319)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(4,2051)	(4,2051)	(4,2051)
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	2.067.243	3.715.969	5.783.212

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. RESULTADO FINANCEIRO

20.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre aplicações financeiras	1.467	2.321	1.619	2.590
Descontos obtidos	87	20	87	20
Outras receitas	23	298	28	312
	1.577	2.639	1.734	2.922

20.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tarifas bancárias	(248)	(207)	(277)	(218)
Juros sobre empréstimos	(33.895)	(30.312)	(34.581)	(30.939)
Juros passivos	(1.077)	(2.273)	(1.089)	(2.290)
Outras despesas	(897)	(1.058)	(823)	(1.031)
	<u>(36.117)</u>	<u>(33.850)</u>	<u>(36.770)</u>	<u>(34.478)</u>

20.3. Variações monetárias e cambiais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Variações monetárias e cambiais	(44.250)	(3.348)

21. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Matérias-primas consumidas	(298.495)	(209.146)	(323.873)	(228.341)
Despesas com pessoal	(22.520)	(106.393)	(23.126)	(110.156)
Depreciação e amortização	(16.180)	(18.021)	(16.983)	(19.244)
Outros custos, despesas e receitas	(77.906)	(67.596)	(80.510)	(70.133)
Despesa por natureza	<u>(415.101)</u>	<u>(401.156)</u>	<u>(444.492)</u>	<u>(427.874)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(380.733)	(363.308)	(409.029)	(388.877)
Com vendas	(4.539)	(7.120)	(4.942)	(7.698)
Gerais e administrativas	(29.829)	(30.728)	(30.521)	(31.299)
Despesas por função	<u>(415.101)</u>	<u>(401.156)</u>	<u>(444.492)</u>	<u>(427.874)</u>

22. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	491	3.115	491	3.115
Receita de venda de ativos	3.713	7.939	3.717	7.939
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	904	274
Outras receitas	71	35	77	61
	<u>4.275</u>	<u>11.089</u>	<u>5.189</u>	<u>11.389</u>
Outras despesas operacionais				
Resultado na venda de ativos	-	(235)	-	(235)
Despesas com recuperação judicial	-	(604)	-	(604)
Multas diversas	(181)	(1.766)	(194)	(1.769)
Honorários advocatícios	(710)	(351)	(710)	(353)
"PERT" - Programa especial de regularização tributária (i)		(10.490)		(10.490)
Outras despesas	(1.620)	(4.725)	(1.494)	(4.169)
	<u>(2.511)</u>	<u>(18.171)</u>	<u>(2.398)</u>	<u>(17.620)</u>
	<u>1.764</u>	<u>(7.081)</u>	<u>2.791</u>	<u>(6.230)</u>

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE BENS E / OU SERVIÇOS

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta	553.498	533.188	590.710	563.814
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(113.211)	(117.155)	(113.972)	(117.831)
Receita líquida	<u>440.287</u>	<u>416.033</u>	<u>476.738</u>	<u>445.983</u>

24. IMPOSTOS SOBRE O RESULTADO

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Operação continuada				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(46.378)	(34.649)	(44.249)	(33.753)
Adição (Exclusão) do resultado da equivalência patrimonial	(5.462)	(2.669)	-	-
Lucro (Prejuízo) após a exclusão/adição do resultado da equivalência patrimonial	(51.840)	(37.318)	(44.249)	(33.753)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	17.626	12.688	15.045	11.476
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Despesas não dedutíveis	(530)	(1.216)	(532)	(1.218)
Ativo diferido não constituído	(4.345)	(13.909)	(4.345)	(13.909)
Compensação prejuízos fiscais	-	-	-	-
Outros	(12.751)	2.436	(12.297)	2.755
PERT- Programa especial de regularização tributária	-	10.330	-	10.330
Imposto de renda e contribuição social	-	10.329	(2.129)	9.434
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-	10.329	(2.129)	9.434

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$188.080 (R\$184.219 em 31 de dezembro de 2017) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.
- (ii) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	132.116	129.552
Contribuição diferida sobre base negativa	49.335	48.388
Diferenças temporárias		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	89	81
Provisões para contingências	3.854	5.780
Provisões de comissões sobre vendas	-	-
Provisões para PLR	1.775	1.473
Provisão para perdas em inventário	1.993	2.210
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	185	134
Variação cambial - Regime de caixa	-	-
Provisão indedutível	107	-
Provisões Phase Out - SBC	3.978	4.049
Outros	25	343
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(188.080)	(186.419)
Diferido não constituído neste exercício	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.377	5.591
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(5.376)	(5.591)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.376)	(5.591)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos		

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

- (iii) *Tributos diferidos passivos:* A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

25. OPERAÇÃO DESCONTINUADA E IMOBILIZADO DESTINADO A VENDA

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Companhia.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em julho de 2013, inclusive com as vendas de certos ativos.

- a) As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	1.315	1.151
Estoques	1	1
Demais ativos	<u>570</u>	<u>831</u>
	1.886	1.983
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	46.682	53.037
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	-	(160)
Ativo imobilizado	296	404
Demais ativos	<u>3.156</u>	<u>3.008</u>
	<u>50.134</u>	<u>56.289</u>
	<u>52.020</u>	<u>58.272</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	3.696	913
Outros passivos	956	1.619
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>5.395</u>	<u>12.018</u>
	10.047	14.550
Não Circulante		
Outros passivos	765	3.678
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>4.273</u>	<u>6.768</u>
	<u>5.038</u>	<u>10.446</u>
	<u>15.085</u>	<u>24.996</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>36.935</u>	<u>33.276</u>
Demonstração do resultado	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>3.717</u>	<u>2.127</u>
Resultado da operação descontinuada	<u>3.717</u>	<u>2.127</u>

b) Imobilizado destinado a venda:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado destinado a venda - operação descontinuada	46.100	52.877
Imobilizado destinado a venda	-	7.997
	<u>46.100</u>	<u>60.874</u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes.